

*A formação do Infante D. Pedro (1392-1449) sob a égide da escolástica e do Mestre Tomás de Aquino**

TEREZINHA OLIVEIRA
Universidade Estadual de Maringá

Resumo: Este artigo tem por objetivo analisar as influências da escolástica no *Livro da Virtuosa Benfeitoria* do Infante D. Pedro. A obra foi escrita com a finalidade de aconselhar o rei D. Duarte sobre como deveriam ser as ações de um governante justo e benfeitor. Nossa proposta consiste em explicitar que, para aconselhar o rei, o Infante D. Pedro fez uso dos conhecimentos que possuía, especialmente dos escritos de autores da Antiguidade, como Aristóteles e Sêneca, e de textos da escolástica, particularmente de Tomás de Aquino. Para refletirmos sobre a obra, faremos uso da história – tal como procedeu D. Pedro – que nos possibilita compreender que precisamos aprender com as ações de homens de outros tempos para que possamos conduzir nosso agir. Evidenciaremos, assim, que o princípio do bom governante de Tomás de Aquino norteia os conselhos de D. Pedro. Com isso, salienta-se a relevância da formação intelectual do conselheiro e a importância de que o governante, ao final da Idade Média, seja apresentado como uma pessoa capaz de dirigir a sociedade, estabelecer relações hierárquicas e promover benfeitorias.

Palavras-chave: Infante d. Pedro; Tomás de Aquino; Escolástica.

Abstract: This article aims to analyze the influences of the scholastic work of Infante D. Pedro, the *Book of Virtuous Wisdom*. It was written with the purpose of advising the king D. Duarte as the actions of a just ruler and

* Artigo submetido à avaliação em 5 de outubro de 2014 e aprovado para publicação em 1 de dezembro de 2014.

benefactor should be. Our proposal is to clarify that, to advise the king, Infant D. Pedro made use of the knowledge he possessed, especially the writings of ancient authors, such as Aristotle and Seneca, and scholastic texts, particularly Thomas Aquinas. We clarify also that to study the work we will proceed just as the author did, using History because it enables Pedro and us to understand that we need to learn from the actions of men of other times so that we can drive our actions. Therefore, we show that Thomas Aquinas' principle of the good ruler guides D. Pedro advices. Thus, we stress the relevance of the ruler intellectual formation, in the late Middle Ages, being the latter presented as a person capable of leading the society hierarchy and betterment.

Keywords: Infante d. Pedro; Thomas de Aquin; Scolasthic.

Introdução

O objetivo desse artigo é analisar, como indica o título, a influência de obras da Escolástica de Tomás de Aquino, na formação intelectual do infante D. Pedro, pois, a nosso ver, as ideias políticas de um governante e seus atos de governo resultam sempre da visão de mundo que o personagem construiu ao longo da sua trajetória de vida. D. Pedro foi, indubitavelmente, um expoente da Modernidade Portuguesa, no século XV, já que acompanhou e promoveu reformas culturais, como a da Universidade, e mudanças políticas importantes para o Reino que se constituía, na Península Ibérica, no final do medievo e início da modernidade. Nossa reflexão parte do princípio de que as ações de um governante são, na maioria das vezes, influenciadas pelos teóricos que o cercam e o aconselham. Evidentemente, sabemos que a utópica proposta do 'rei filósofo' de Platão "[...] toda república, governada pelas leis da natureza, deve toda a sua *prudencia* à *sciencia* que reside na menor parte de si mesma e que é constituída dos que lhe estão a frente e exercem o mando" (s/d, p. 151), não se materializa, mas, certamente, esperamos que os conselheiros do rei e dos governantes sejam ao menos intelectuais.

Elegemos para análise a obra *Livro da Virtuosa Benfeitoria*, do Infante D. Pedro (1392-1449), Duque de Coimbra, por que nela acreditamos que esteja explicitado o projeto de sociedade que o autor apresentava e defendia como intelectual junto do poder. Ela também nos chamou a atenção pela proximidade entre os apontamentos de D. Pedro e os escritos de Tomás de Aquino, especialmente algumas questões da *Suma Teológica* e a obra inacabada *Do Reino e do Governo dos Príncipes ao rei de Chipre*.

Assim, independente dela se caracterizar como um espelho de príncipe, literatura muito comum ao longo de toda a Idade Média, como o texto *O Leal Conselheiro e a tradição do espelho de príncipe: considerações sobre o gênero* de Márcio Muniz nos aponta, ou como ainda um manual de conduta – que vimos surgir no alvorecer do século XVI, com o *De Pueris*, de Erasmo de Roterdã, e o *Galateo ou dos costumes*, de Giovanni Della Casa, por exemplo, nossa inquietação incidiu no fato de que, como um nobre, o quarto filho do rei D. João, pertencente à Dinastia de Avis, possuía um profundo grau de erudição oriunda da forma escolástica do conhecimento medieval.

A afinidade entre a obra de D. Pedro e os escritos de Tomás de Aquino, especialmente no que diz respeito à organização da sociedade segundo um princípio hierárquico, é visível em momentos de construção, organização e sistematização da sociedade. Sob este aspecto, o mestre Dominicano e o Infante retomam as ideias platônicas, mas, sobretudo, as aristotélicas de comunidade, especialmente, a de cidade como ‘comunidade perfeita’. Ambos estabelecem como premissa para a harmonia e a própria existência da sociedade que os homens, particularmente os dirigentes, aprendam, pratiquem e tenham consciência de que os seus atos devem convergir para o bem comum. De acordo com o mestre Tomás de Aquino, a vida na cidade exige que ‘todos’ os homens aprendam a conviver uns com os outros com tolerância, respeito, hierarquia. Todavia, o governante precisa não apenas conhecer e praticar essas ‘virtudes’, mas, acima de tudo, os seus atos devem constituir-se em exemplos para os seus súditos. Por conseguinte, o monarca deve tê-las e praticá-las nos seus atos cotidianos de governança. Para D. Pedro, os homens devem praticar o bem para estabelecer a

convivência na sociedade. Contudo, caberia ao rei praticar ações de modo que o ‘benefício’ fosse assegurado a todos. Segundo Pedro Calafate,

Um dos tópicos salientes do seu pensamento assenta no conceito de grau ou hierarquia dos entes, correspondendo a uma ordem emanada da inteligência divina, mediante a qual a providência governa o mundo, esquema de vincada coloração neoplatónica [...].

Este é o eixo em torno do qual gira o conceito de benfeitoria. De facto, cada grau apresenta-se com uma determinada carência de ser, «pois que do ser eterno é sempre minguado», carência que se determina pelos diferentes níveis de participação na perfeição do Ser eterno, pois que se as perfeições pertencem a Deus por essência, as criaturas possuem-nas somente por participação, não deixando os homens de participar nesse estado geral de carência, tornando-os necessitados de socorro, logo, de benefício [...].

Este tema do benefício e da entreaajuda humana no quadro da sua existência social apresenta também uma vertente marcadamente política, pois são os poderosos que mais condições têm para praticar o benefício livre e voluntário, contribuindo para uma sociedade na qual as relações entre os homens não assentam apenas num plano jurídico mas também vincadamente paternalista, onde se evoca uma atmosfera familiar de fraternidade (CALAFATE, 1999, p. 1).

De acordo com o autor, *benefício*, para D. Pedro, é a ação do homem cuja finalidade visa ajudar o outro, ao que D. Pedro define como ‘ajuda mutua’. Essa ajuda é importante porque, já que todos convivem entre si, no reino, na cidade, necessitam do vínculo social. É importante destacar o fato de que somente aquele que é ‘nobre’, não somente de linhagem, mas especialmente porque sabe e pratica ações virtuosas, pode praticar benefícios e ensiná-lo. Segundo Calafate, o epicentro do *LVB* é a ideia de que o governante precisa ser virtuoso para construir uma sociedade justa e fraterna.

Em face da relação tão estreita entre as obras do Mestre Aquino, os pensadores da Antiguidade e o livro da *Virtuosa Benfeitoria*, fomos levados a investigar em que medida o conhecimento produzido pelo mestre Tomás de Aquino permaneceu e se difundiu na sociedade dois séculos após sua atuação na Universidade de Paris. Exatamente por sofrer fortes influências das obras tomasianas, o livro de D. Pedro apresenta a escolástica na sua forma mais desenvolvida e apurada, que caracterizou todo o século XIII, momento em que os autores da Antiguidade, especialmente Aristóteles, passam a ser considerados legitimamente como autoridades, assim como os *Escritos Sagrados*. No caso do Infante D. Pedro, a relevância dos pensadores da Antiguidade é muito forte.

E assy este liuro que per entender meu e uoontade e do leçençado que compôs e fez delle a mayor parte acordadas com dictos de sêneca e douctores em elle alegados agora de todo he ia acabado. E de outras uoontades seerem em desuayro daquestes dictos nom he marauilha, mas se nom forem em sabedoria, e em auctoridade os que o prasmarem, mayores daquelles que del som autores (D. PEDRO, 1981, p. 530).¹

Essa passagem faz parte da apresentação da obra, que D. Pedro dedica ao seu irmão, informando como ela foi escrita e sobre a figura do frei que a corrigiu. Todavia, o que nos interessa mais de perto é o fato dele reconhecer nos autores, nos quais se baseou para escrever a obra, as autoridades inspiradoras da sabedoria para com ela agir e aconselhar o governante. Mais, a valorização que esse intelectual – ele próprio foi regente da coroa portuguesa – devota ao conhecimento o torna condição de produção e efetiva do ‘bem comum’ da sociedade.

Indicada a questão a ser analisada neste texto, apontaremos a seguir o caminho teórico que norteia nossa reflexão para, em seguida, analisarmos a proximidade entre D. Pedro e o mestre Tomás de Aquino.

¹ Informamos que todas as vezes que citarmos passagens da obra *Livro da Virtuosa Benfeitoria*, usaremos as siglas da obra, ou seja, *LVB*.

Concepção de história e de tempo na abordagem

Ao longo da trajetória acadêmica, seja como docente, seja como pesquisadora das relações humanas no período medieval, seguimos, sempre, as pegadas da história, pois acreditamos que ela nos proporciona o entendimento dos homens e das suas ações, particularmente os projetos de governo, de educação, por conseguinte, os projetos de poder que explicitam a vida dos homens nas suas imbricadas relações. Em virtude dela, e por tê-la como fio condutor, é que podemos compreender a relevância do projeto social e cultural apresentado pelo Infante D. Pedro. Seguramente, também é a história que nos permite verificar a apropriação que este personagem fez dos autores antigos e medievos, especialmente de Tomás de Aquino e do conhecimento escolástica.

No percurso acadêmico que temos trilhado há mais de duas décadas buscamos apreender na história o *modus* de os homens agirem e se posicionarem frente ao seu tempo, já que são eles que espelham e realizam os respectivos projetos educacionais. Lembramos, com frequência, o princípio de Agostinho de Hipona de que é o passado que faz os homens do presente.

É em virtude dessa permanente relação entre passado e presente que nos voltamos para a história na perspectiva registrada por alguns mestres como o mestre Vitorino do século XII:

Sem dúvida é mister, no estudo, que você aprenda, antes de tudo, a história e a verdade dos fatos, retomando do começo ao fim: 1) o que foi feito, 2) quando foi feito, 3) onde foi feito, 4) por quais pessoas foi feito. Na história devem ser procurados, sobretudo, estes quatro dados: a pessoas, o fato, o tempo e o lugar.

Eu não posso considerar que você tornou-se perfeitamente sutil na alegoria, se antes não estiver consolidado na história. Não queira desprezar estes detalhes. Aquele que despreza as coisas mínimas aos poucos definha. Se você tivesse desdenhado de aprender como primeira coisa o alfabeto, agora não teria o nome nem entre os estudiosos de gramática. Sei que há alguns

que querem logo fazer teorias filosóficas. Dizem que as fábulas devem ser deixadas com os pseudo-apóstolos. O saber deles é parecido com a figura de um burro. Não imite este tipo de gente:

<<Imbuído de pequenas coisas tentarás, firme, grandes feitos>>
(HUGO DE SAINT-VICTOR, 2001, p. 235-237).

As palavras do mestre Hugo de Saint Victor nos orientam para algo fundamental em nossas atividades diárias: a importância de nunca desconsiderar nenhum acontecimento por pouco significativo que possa aparentar, mas, ao mesmo tempo, esse acontecimento só pode ser apreendido caso considerarmos os quatro aspectos que o mestre Vitorino destacou: o fato, a pessoa, o tempo, o lugar, ou seja, tudo o que ocorre entre os homens é produto da história. Todavia, ele só pode ser apreendido se considerado no seu conjunto, já que, isolado, não se constitui em história. É preciso considerar ainda, segundo as formulações apresentadas por Hugo de Saint-Victor, que nenhum acontecimento pode ser compreendido na sua forma acabada, o produto final, mas sim, é necessário examinar suas origens, seus germes no princípio. Assim, D. Pedro ao escrever e dirigir sua obra para aconselhar o rei D. Duarte, levava, sem dúvida, em consideração, a importância de se conhecer os homens e as instituições do passado para melhor entender e governar os homens do presente, ou seja, tinha em grande conta a história.

Se os mestres medievais nos apontam para a magnitude da história, não menos atentos para a sua complexidade estavam os intelectuais dos séculos XIX e XX. François Guizot, professor de História da Sorbonne, entre 1822 a 1828, destaca em um de seus ensaios da obra *Essai sur la Histoire de France*, ao estudar o processo da Revolução Francesa, que só conhecerá a história da Revolução aqueles que retomaram a história da França desde a constituição do terceiro estado e o surgimento das cidades no século XII². Durkheim, quando analisa a situação das escolas na França em sua obra *Evolução Pedagógica*, destaca, com ênfase, que para se compreender a situação

² Sobre esse debate ver OLIVEIRA, T. *Guizot e a Idade Média: civilização e lutas políticas no século*

da educação no século XIX era preciso remontar às suas origens e, exatamente por isso, recupera o papel da Igreja na Idade Média para evidenciar os germes do sentido de escola para a nação francesa. Seguindo essa linha de conduta e de olhar para com a história, nos deparamos com o professor de história medieval e um dos fundadores da *Escola dos Annales*, Marc Bloch, que nos indica que somente pela história podemos compreender a permanência dos conceitos de ‘homem’ e de ‘sociedade’.

Já não pensamos hoje, realmente, como o escrevia Maquiavel, como o pensava Hume ou Bonald, que há no tempo “uma coisa, pelo menos, que é imutável: o homem”. Aprendemos que também o homem mudou muito: no seu espírito e, provavelmente, até nos mais delicados mecanismos do corpo. Como poderia ser de outro modo? Transformou-se profundamente a sua atmosfera mental; e também a sua higiene, a sua alimentação. Convimos, todavia, em que existe na natureza humana e nas sociedades humanas um fundo permanente. Se assim não fosse, os próprios vocábulos de “homem” e de “sociedade” não significariam coisa nenhuma (BLOCH, 1967, p. 42).

Certamente o historiador tem razão em afirmar que, no presente, os homens já não pensam como os do passado, como Maquiavel, Shakespeare, Políbios. A formulação de Bloch pode ser retomada, constatando que não pensamos como os homens de outros tempos e sequer consideramos como relevantes questões que autores dos séculos XIX e XX, consideravam. Assim, como ele e os autores medievais indicam, não podemos desconsiderar que os homens continuam sendo homens e que se podemos trilhar, com segurança, os caminhos do presente porque estamos ancorados nas mãos dos autores do passado. É a partir dessa base que conservamos o que Bloch define como fundo permanente e ao que os homens medievais insistiam em afirmar que ‘somos anões sobre os ombros de gigantes’.

Com efeito, se podemos depreender da compreensão de história dos intelectuais de outros tempos que ela é vital para entendermos as ações e projetos políticos de homens como D. Pedro e que nós mesmos nos compreendamos como sujeitos de um tempo específico, não menos relevante deve ser o entendimento de tempo, já que somos homens de tempos presentes carregados das raízes do passado e, ao mesmo tempo, nós mesmos nos constituímos nas raízes do tempo futuro. Advém daí a necessidade de se ater e considerar a noção de temporalidade para o estudo e entendimento do nosso objeto.

Ainda que tenhamos dificuldades de identificar as raízes do nosso presente no passado, em virtude da velocidade das mudanças, da efemeridade dos acontecimentos, das relações sociais, das leis, é inegável que temos com aqueles homens estreitas relações e, ao mesmo tempo, necessitamos ter consciência do compromisso que, também, temos com o tempo presente, já que é o nosso tempo que dará as bases e, efetivamente, constituirá as raízes do futuro. Nesse sentido, precisamos estar comprometidos com os projetos e ações do nosso cotidiano para que possamos nos constituir, tal como nos alertara Marc Bloch, no ‘fundo permanente’ do futuro. Essa preocupação é explicitada também pelo infante D. Pedro, ele próprio busca apresentar uma definição de tempo no *Livro da Virtuosa Benfeitória*.

Do mouimento dos çeeos continuado, se faz em a terra mudança do tempo, e uiendo em elle as cousas corruptiuees, sofrem em seus stados desuayradas minguas [...]. Pera cuió conhecimento melhor, saybhamos que fallando geerallmenre, o tempo he partido em tres maneyras [...] Tempo he duramento do mundo em perseuerança mudael. Em aqwesto auemos entender, que sse nom fossem muytas cousas, nom poderya seer ordenança. E aqweste tempo he partido em quatro partes, segundo o desuyo quaternaryo do çircullo do çeeo, que he chamado zodiáco, o quall em cada hua quarta tres signaaes, chamados per nomes de anymalyas desuayradas (D. PEDRO, 1981, p. 636).

De acordo com o autor, o tempo é, em última instância, a vida no mundo e, por isso, o tempo é percebido como algo mutável, seja porque sofre as ações do movimento do sol e da lua, seja porque provoca mudanças no homem. Não podemos nos esquecer de que D. Pedro, ainda que escreva na primeira metade do século, está imbuído do espírito medieval de tempo e de religiosidade. Por isso, divide o tempo a partir das quatro estações da natureza e salienta que ele só é possível na vida terrena, porque esta é permeada pelas ações dos homens e da natureza e, em decorrência dessas mudanças, sofre as vicissitudes do tempo. A vida celeste é eterna, por conseguinte, não sofre alterações. Pedro Calafate, ao analisar o *Livro da Virtuosa Benfeitoria*, observa que:

Ora, como em cada uma destas idades mudam também as condições, aptidões e necessidades dos homens, a elas deve igualmente atender a doutrina do benefício. As necessidades do homem no período da mocidade não são as mesmas que as do período da mancebia, da mesma forma <<nom daremos ao velho o que a ele não pode prestar>> (CALAFATE, 1999, p. 424).

Para o autor, portanto, em cada momento da sua vida, o homem vivencia uma noção de tempo presente. Com efeito, o entendimento de tempo para D. Pedro está associado à ideia de movimento, mudança e transformação. Por isso, a concepção de tempo só pertence ao homem enquanto ser que vive e age. Exatamente por isso, Calafate destaca o fato de D. Pedro apresentar os homens nos seus três tempos: mocidade, mancebia e velhice.

A preocupação com o tempo também é um tema recorrente na história e na historiografia contemporâneas. O historiador e medievalista francês Jacques Le Goff problematiza esse conceito em várias obras e, ao fazer isso, procura estabelecer uma estreita relação entre a ideia de mudança e de permanência.

Compreender o tempo <<é essencialmente dar provas de reversibilidade>>. Nas sociedades, a distinção do presente e do passado (e do futuro) implica essa escalada na memória e essa libertação do presente que pressupõem a educação e, para além disso, a instituição duma memória coletiva a par da memória individual (LE GOFF, 2003, p. 210).

Com efeito, ao analisar o passado é preciso considerar também as diferenças temporais existentes entre a época do objeto de estudo e o tempo presente vivido por nós. Todavia, as especificidades de cada uma das épocas históricas possibilitam a conservação da memória coletiva e individual e são estas duas naturezas de memória que nos permitem nos entender como sujeitos dos processos de construções sociais. É a preservação desta memória que nos concede as identidades particular e coletiva, sejam elas dos homens medievais ou contemporâneos. Todavia, essa memória/passado é absorvida de forma singular e especial em cada tempo histórico, em decorrência das vivências sociais específicas de cada época.

Para o autor, o homem medieval introjeta em si o passado com tamanha intensidade que ele é completamente incorporado no presente.

O presente é também saboreado pelo homem da Idade Média, que atualiza constantemente o passado, nomeadamente o passado bíblico. O homem da Idade Média vive num constante anacronismo, ignora a cor, reveste as personagens da Antiguidade de hábitos, sentimentos e comportamentos medievais. Os cruzados acreditavam que iam a Jerusalém vingar os verdadeiros carrascos de Cristo. Mas possamos dizer: “O passado não é estudado enquanto passado; ele é revivido e incorporado no presente [...]” O passado já não é absorvido pelo passado, pois só este lhe dá sentido e significado? (LE GOFF, 2003, p. 222).

As palavras desse autor explicitam o quanto os homens medievais se apropriaram do passado, especialmente no aspecto da religiosidade, para

construir o seu presente. Na verdade, construíram o presente incorporando o passado e tornando-o seu presente. Esta presença do passado no presente é perfeitamente identificável nas aulas dos mestres universitários parisienses do século XIII, dentre eles, particularmente, o mestre Tomás de Aquino, que usava, com a mesma intensidade e importância, tanto os textos sagrados como os escritos do Filósofo (Aristóteles) para construir suas aulas e textos escolásticos. Se a história e a memória do passado estiveram tão presentes no passado medieval, como indicou Le Goff, na passagem citada acima, indubitavelmente, o passado medieval também pode nos apresentar, para o nosso presente, belas lições sobre suas atitudes e instituições, especialmente aquelas relacionadas à educação dos homens.

Aproximações entre D. Pedro e Mestre Tomás de Aquino

É preciso salientar que as aproximações que faremos entre esses dois intelectuais incidem no campo das ideias, já que é impossível comparar dois autores de tempos históricos distintos sem que se cometa anacronismos históricos. Todavia, no âmbito da mentalidade é possível tecer semelhanças uma vez que o próprio D. Pedro inúmeras vezes menciona Tomás de Aquino e apresenta ao Rei uma forma de organização hierárquica de sociedade próxima a do Mestre escolástico que, na *Suma Teológica*, nas questões sobre a Piedade e sobre o Respeito e no escrito inacabado intitulado sobre o *Reino de Chipre* reflete sobre as relações sociais travadas na cidade e defende a existência de um monarca único que governa visando sempre o bem comum.

No *Livro da Virtuosa Benfeitoria*, D. Pedro destaca essas questões de forma explícita, ora se dirigindo às ações do governante, ora voltando-se para a nobreza e o povo em geral. Independente a que autoridade ou segmento social ele dirigisse o discurso, a tônica era cuidar do geral dos homens.

Do gracioso Iuintamento das perssoas, o quall nom pode
seer apartado de amauioso prazer, naçe ygualza

departida em duas maneyras. A primeyra he chamada yrmaydade, per cuiu aazo os qu a teem antre sy som obrigados de sse ajudarem. Porque hua natureza ygualmente departida em muytos, rrequere aocrimento aas necessidades que padece cada huu. Assy como ella sente naturalmente prazer do bem que aonteçe a qualquer das perssoas que per ella som liadas. E em fallando desta ygualleza, nom se entende o stado dos Rex, nem outro semelhante em o quall o filho mayor he dos outros senhores. E por elle seer primeyro e mais principal tem mayoria sobre seus yrmaãos, que deuem entender que som a elle speçialmente obrigados, nom como a seu yguall, mas segunfo que o mais compriddamente podem seer a seu senhor, com o quall som possuydores de hua natureza. E por sse mostrar algua pequena ensynança perteeçente ao afficado amorio que deue ser antre os yrmaãos. Sybhamos que a yrmaydade seendo sobre unyon das uontades edificadas, tem dura geera tres ramos de graciosas flores, os quaaes deuem seer guardados per tall modo dos uerdadeyros yrmaãos que nunca se quebrem (D. PEDRO, 1981, p. 598-599).

Do ponto de vista de D. Pedro, a sociedade deveria ser organizada como se fosse uma irmandade na qual cada um cuidasse do conjunto dos homens de modo que se formasse nas pessoas um conjunto de interesses comuns e, a partir desses, se estabelecesse uma igualdade entre os homens. Nesse quadro, D. Pedro destaca o fato de que o rei é a figura que se encontra acima de todos os demais e, exatamente por isso, precisa agir de forma a proporcionar que os interesses de todos sejam atendidos igualmente. Outro aspecto que salientamos da passagem acima incide no fato de o autor enfatizar a necessidade do amor entre os homens para que a comunidade dos homens seja uma ‘irmandade’. Esse aspecto também é destacado pelo mestre Tomás, que apresenta a necessidade de a vida em comunidade ser mediada pela caridade. Para Tomás de Aquino, a caridade é uma das principais virtudes a ser praticada pelos homens por que dela decorrem a harmonia e o desenvolvimento dos interesses comuns dos homens. É preciso destacar que a caridade apresentada pelo Frade Dominicano no século XIII era também

uma forma de amar o outro, já que pressupõe zelar pela vida e pelo bem daqueles que compunham a comunidade.

Sempre a nobre uontade traz consigo deseio, para bem fazer prestando a outrem. E sentindo que he obrigada depoer em obra o bem que lhe per outrem he de fora mostrado, conhece que he theuda de acabar a perffeyçom a que a enclina sua natureza. E pois que esto lhe dar benefiçios e fazer merçees seguesse que de tall aucto deuemos usar. E pois he ia fallado das suas perffeiçoões e das cousas que nos a ello mouem, ueiamos agora quem deue tall aucto poher em obra. E acharemos que a esto todo somos theudos, segundo se prouara per algumas rrazões, das quaaes a primeyra he fundada em as bondades que o nosso senhor nos outorgou em a cryaçom. Pera cuio conhoçeminto saybhamos que as nossas almas, de sua natureza teem propriedades que som chamadas poderios naturaes. E destes usando ellas bem, geerom dentro em sy uirtudes, das quaaes naçem auctos dentro em sus sustâncias (D. PEDRO, 1981, p. 576).

A preocupação que o autor manifesta nessa passagem nos leva a pensar na importância da hierarquia que deve existir na sociedade. Do seu ponto de vista, as pessoas, individualmente, devem desenvolver as virtudes que possuem, como que naturalmente, para que, por meio de suas qualidades pessoais, se permita que na sociedade se estabeleça o convívio social. Essa questão também nos possibilita aproximar essa ideia da questão da Obediência apresentada por Tomás de Aquino na *Suma Teológica*. Nessa questão, o Mestre destaca o fato de que na comunidade onde os homens são diferentes e desempenham papéis distintos é preciso que haja a obediência hierárquica entre elas. Nessa questão, o mestre observa que há diferentes níveis de obediência/hierarquia entre os homens e reflete sobre as diferenças que existem entre pais e filhos, entre professores e discípulos e entre os súditos e o monarca.

A nosso ver, essa hierarquia e necessidade de obediência são salientadas por D. Pedro na passagem anterior na qual ele destaca o fato de

que cada pessoa possui uma virtude própria e ela é desenvolvida e aprimorada pelo conhecimento. É por meio dessas virtudes que os homens estabelecem relações de dependência constante uns com os outros, mas essa dependência, tal como em Tomás de Aquino, não seria um estado de servidão, mas condição de existência de uma comunidade para o Mestre e de um reino para D. Pedro.

Outra apropriação que podemos frisar do debate tomasiano pelo Infante pode ser verificada quando trazemos à cena o debate que o mestre Tomás faz acerca da importância do governante ser uma pessoa virtuosa, pois certamente estas reflexões foram lidas e apropriadas pelo nosso intelectual D. Pedro. O conhecimento do Infante dessa questão tomasiana está explícito no *Livro da Virtuosa Benfeitoria* em inúmeras passagens, uma vez que o livro é dirigido a D. Duarte com a finalidade de aconselhá-lo a ser um governante virtuoso.

Sam thomas antre os douctores theologos mais claro enssynador, diz em o ij liuro da ij parte da theolesie, em a centésima octava questom, que toda obra se torna naturalmente aa causa de que primeyramente proçede. E porem pois o outorgador he causa principal do beneffeição que outrem recebe. Requieresse per natural hordenança, que a benffeytura a elle se torne, per conuenhauel agradecimento. [...] Semelhante cousa se faz em a uida moral, porque todo beneffeição, que de liberal uoontde proçede, faz seu curso dereyto, atees que chega ao rreçebedor convenhauel. E logo ordenadamente se torna per gradeçimento ao logar, onde a liberalieza lhe outorgou seu naçimento. E per tall rretornamento se faz amauiosa liança, ante os benffeytores e os rreçebedores, da quall falla Túlio dizendo que nenhuu seruicho he mais neçessaryo que o agradecimento, pelo quall o bem se torna aaquelle que o deu (D. PEDRO, 1981, p. 702).

Na passagem mencionada, o Infante destaca o fato de que a benfeitoria (leia-se, ação humana que convirja para o bem comum) deva ser praticada por todos os homens, mas o príncipe/governante, acima de todos

os demais homens que compõem a sociedade, deve cuidar para que os seus atos produzam o bem aos demais³. Sob este aspecto, indubitavelmente, D. Pedro segue os passos de Aristóteles e de Tomás de Aquino para apontar ao rei que das suas atitudes resultam o bom ‘andamento’ das relações sociais entre seus súditos. O governante, nesse sentido, deve produzir benfeitoria aos seus governados para que estes se sintam vinculados a ele e também ajam com vistas ao bem comum. Essa ideia de que o governante deve liderar com o propósito de produzir a concórdia e o bem é a tese de Tomás de Aquino.

D. Pedro reconhece o quanto o mestre Tomás ensina a arte de governar na *Suma Teológica*, e o Infante destaca que, segundo o mestre escolástico, as ações do governado/súdito, em geral, refletem as do governante. Assim, ao vermos recuperadas no *LVB* uma das máximas de Tomás de Aquino, lembramos que, para este, os homens possuem, individualmente, intelecto agente, por conseguinte, cada pessoa é responsável por seus atos. Todavia, na cidade/sociedade, pelo fato de os homens viverem uns com os outros, em comunidades hierárquicas, necessitam desenvolver virtudes sociais que são, ao mesmo tempo, aprendidas e praticadas, cotidianamente, na arte do convívio social. É, pois, sob este aspecto que a obra de D. Pedro ganha importância, especialmente no que diz respeito aos conselhos que dirige ao rei, para que o seu reinado seja carregado de ‘benfeitoria’.

O conselho de D. Pedro à D. Duarte já estava explicitado em Tomás de Aquino no século XIII.

³ Calafate destaca essa característica da obra *LVB*: “Vejamos primeiro o caso do acto de outorgar que como vimos é <<naturalmente>> mais perfeito, sendo sempre tratado em primeiro lugar. Recorrendo à História Natural de Plínio, aponta aos príncipes o exemplo da águia, que é chamada rainha das aves por ser liberal em repartir a sua presa com aquelas que a seguem. Do mesmo modo o Sol é entre os poetas chamado rei do céu, por todos os planetas e estrelas dele receberem claridade, sendo ainda fonte de vida bem como da sua conservação <<por espargimento do seu esplendor>>.”

Destes exemplos não pretende o Infante retirar a conclusão de uma igualdade de procedimentos assente numa igualdade de natureza. O seu objetivo é apenas o de mostrar que se entre as criaturas que carecem de razão é tão comum a liberdade e generosidade, por maioria de razão cabe aos homens e entre eles aos príncipes e senhores chamarem a si essa virtude” (CALAFATE, 1999, p. 425-426).

Logo, se é natural ao homem o viver em sociedade de muitos, cumpre haja, entre os homens, algo pelo que seja governada a multidão. Que, se houvera muitos homens e tratasse cada um do que lhe conviesse, dispersar-se-ia a multidão em diversidade, caso também não houvesse algo cuidando do que pertence ao bem da multidão, assim como se corromperia o corpo do homem e de qualquer animal, se não existiria alguma potência regedora comum, visando ao bem comum de todos os membros. Isso podendo, diz Salomão (Pr 11, 14): “*Onde não há governante, dissipar-se-á o povo*”. [...] Assim, importa existir, além do que move ao bem particular de cada um, o que mova ao bem comum de muitos. [...] Igualmente, no homem a alma rege o corpo, e, entre as partes da alma, o irascível e o concupiscível são dirigidos pela razão. Também, entre os membros do corpo, um é o principal, que todos move, como o coração, ou a cabeça. Cumpre, por conseguinte, que, em toda multidão, haja um regente (TOMÁS DE AQUINO, 1997, p. 128).

A ideia norteadora de Tomás de Aquino consiste em que é impossível qualquer sociedade sem a existência de um governo. Ao citar Salomão, observa que a falta de governo faz perecer os povos. Na verdade, tendo diante de si os conflitos existentes entre os senhores feudais, entre os senhores e seus vassalos, entre os senhores e os habitantes dos burgos que passavam a reivindicar, insistentemente, o direito de liberdade das comunas e do comércio, torna-se premente a este grande teórico a defesa de um novo modelo de governo pautado em um único, ou seja, na figura do rei.

Por isso, quem rege a comunidade perfeita, isto é, a cidade ou o país, chama-se antonomaticamente rei; e quem rege a casa diz-se pai de família e não rei. Tem, contudo, alguma semelhança de rei, resultando às vezes serem os reis chamados pais dos povos.

Do que vai dito fica patente ser rei aquele único que governa, para o bem comum, a multidão de uma cidade ou país. Pelo que diz Salomão no *Eclesiastes* (5,8): “O rei

impera a toda a terra a ele sujeita” (TOMÁS DE AQUINO, 1997, p. 130).

Este governo, que o mestre Tomás denomina por antonomásia rei, deve administrar as questões de toda uma cidade ou de um povo, para que possa estabelecer o bem comum de todos. Eis, mais uma vez, apresentadas as fissuras sociais de sua época. O governo proposto pelo mestre Dominicano não pode governar para alguns poucos, como os senhores feudais, mas para o povo em geral. Tomás de Aquino salienta, inclusive, que este rei deve saber governar um país. Desse modo, o governante, para o mestre Tomás, não pode mais ser aquele suserano que responde pelos conflitos e ações de uma pequena comunidade, mas, antes, aquele que sabe conduzir uma multidão.

Exatamente por que o mestre Tomás considera e apresenta o governante como aquele que é capaz de cuidar de tudo e de todos com a finalidade de evitar os interesses particulares e fazer com que as leis produzam a harmonia na comunidade que D. Pedro o toma como um exemplo o qual deve ser conhecido, por conseguinte, ser exemplo de proposta de governante.

Considerações finais

Após refletirmos sobre vários aspectos nos quais D. Pedro trata sobre a ação do governante no *Livro Virtuosa Benfeitoria* podemos considerar que ele pretende que o monarca português siga o princípio do bom governante apresentado por Tomás de Aquino no século XIII. Para explicitar o ‘perfil’ de como deveria ser o rei, D. Pedro, como intelectual conhecedor da história e dos clássicos antigos e medievais, indica as principais virtudes que devem nortear as ações do governante. Exatamente por isso, ele não pode perder de vista que, para governar, é preciso conhecer os homens/súditos que habitam o seu território e, por meio de seus atos, ele [rei] torna-se um educador de todos que estão sob sua tutela. Os súditos, por seu turno, por terem um governante *virtuoso*, potencialmente podem tornar-se

virtuosos e produzirem, no convívio social, *benefícios* ao conjunto da sociedade.

Por fim, um aspecto que julgamos relevante destacar acerca do estudo sobre D. Pedro diz respeito ao fato de que traremos para o debate e para nossas reflexões, no campo da história e da história da educação, o uso da memória, da história, para aprendermos que um intelectual, quando se compromete com o seu tempo e tem a oportunidade de influenciar um governante, não deve titubear em fazer uso do conhecimento em benefício da comunidade. Assim, ainda que este intelectual não esteja ao lado do poder, ele convive com outras pessoas, seja como mestre, seja como autor e, nessas duas condições, ele pode influenciar o seu tempo e propor caminhos aos homens para que a sociedade não sofra as consequências de atos do governante ou do sujeito singular que conduziram suas ações sem ‘conselhos’ e sem ‘planejamento’. Aprendamos e façamos uso das lições registradas nos escritos de D. Pedro: não vivemos sozinhos e a prudência está em saber que tudo o que alguém pratica atinge o outro.

Referências

- ALMEIDA, M. L. (Introdução e revisão). In: D. PEDRO. *Livro da Virtuosa Benfeitoria*. Porto: Lello & Irmão, 1981.
- BLOCH, M. *Introdução à História*. Lisboa: Europa-América, 1967.
- CALAFATE, P. *O Infante D. Pedro*, 1997. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/filosofia/m7.html>>. Acesso em: 13 jul. 2013.
- CALAFATE, P. (Org.). *História do Pensamento Filosófico*. Lisboa: Editorial Caminho, 1999.
- GUIZOT, F. *Essai sur L'Histoire de France*. Paris: Didider, 1878. 439p.
- HUGO DE SAINT-VICTOR (2001). *Didascálicon: da arte de Ler*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- LE GOFF, J. Passado Presente. In: LE GOFF, J. *Memória e História*. Campinas: Editora da Unicamp, p. 207-233, 1992.

- MENDES, C. M. M.; OLIVEIRA, T. *Formação do terceiro estado - as comunas*. Coletânea de textos de François Guizot, Augustin Thierry e Prosper de Barante. Maringá: Eduem, 2005.
- MUNIZ, M. R. C. O Leal Conselheiro e a tradição do espelho de príncipe: considerações sobre o gênero. In: PARRILLA, Carmen (Org.). *Actas del IX Congreso Internacional de La Asociación Hispánica de Literatura Medieval*. Noia: Toxo Soutos. v. 2. p. 89-103.
- OLIVEIRA, T. *Guizot e a Idade Média: civilização e lutas políticas no século XIX*. Tese (Doutorado em História e Sociedade) Assis: Unesp, 1997, 407p.
- PLATÃO. *A República*. São Paulo: Edições Cultura Brasileira, [195?].
- TOMÁS DE AQUINO. *Do Reino e do governo dos príncipes ao rei de Chipre*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- TOMÁS DE AQUINO. *Suma Teológica*. São Paulo: Loyola, 2005.